

CONFERÊNCIA

JOÃO PANDIÁ CALÓGERAS (*).

A honra de ocupar uma cadeira numa instituição científica de renome, não é maior, decerto, do que aquela de o fazer à sombra de um vulto de primeira grandeza, a lhe servir de patrono. Dupla honra e dupla responsabilidade, portanto, o que neste momento me toca, pois se a Cadeira pertence ao Instituto Histórico e Geográfico de Santos, entidade que dignifica a cultura da nossa terra e da nossa gente em vinte e dois anos de trajetória científica e social, a invocação pertence a uma das maiores figuras do Brasil República, o grande Calógeras, que Afonso de Taunay chamou de “gigante do pensamento brasileiro”, quando, em discurso de saudação a Rodolfo Garcia na Academia Brasileira de Letras, verberava que, naquela Academia ilustre, não estivessem três gigantes do pensamento brasileiro: Pandiá Calógeras, Martim Francisco e Capistrano de Abreu.

À minha condição de engenheiro, mais do que às minhas atividades e prerrogativas culturais, devo, sem dúvida, a felicidade de vir fundir-me no tempo, sob as arcadas veneráveis desta Casa de estudo e de pesquisa, à repercussão científica e cultural dêsse nome extraordinário, de estranho sabor, e de tão alto sentido na moderna História brasileira.

De estranho sabor, digo, porque lembra algo de helênico, de remoto, de muito distante, a se perder nas aurifulgências da velha Grécia, nas galas esplêndidas de uma Civilização que se faz sentir, ainda hoje, na nossa Civilização e na nossa consciência de civilizados.

Na onomástica brasileira, Pandiá, tanto quanto Calógeras, em verdade nos traz, de pronto, o sabor grego da sua etimologia, lembrando o ecletismo e o universalismo do seu por-

(*) — Elogio do patrono da cadeira n.º 12, do Instituto Histórico e Geográfico de Santos, pronunciado pelo Engro. Sílvio Fernandes Lopes, ao tomar posse solene da mesma, em 19 de novembro de 1960 (Nota da Redação).

tador, enquanto Calógeras lembra a respeitabilidade monacal, a sabedoria dos anciães de São Basílio e São Marcelo, remontando à histórica e quase mitológica Chipre, onde teve origem a família do nosso biografado e patrono. Calógeras era, assim, o portador de uma dupla influência feliz.

Atendo-nos à nossa Éra, vamos encontrar uma brilhante sucessão genealógica, em cujo ápice surgiria o patrono da nossa cadeira, aquêlle que o Brasil ainda não consagrou como deus — João Pandiá Calógeras.

Já no século V encontramos um Calógeras a brilhar no respectivo calendário hagiológico, lembrando virtudes excelsas, lutas religiosas e evolução de postulados espirituais, na pessoa de um Santo.

Bizâncio, Atenas, Veneza, Creta recebem os Calógeras através dos séculos. Em 1644 surgem em Corfú. Fulguram espíritos e culturas, como Draco Calógeras, como Dino e Francisco, e como Jorge e Antônio na história maior da República de Veneza, à testa de acontecimentos que alterariam a organização e a distribuição do mundo mediterrâneo.

Demétrio Calógeras teria o seu braço no painel dourado e azul da Igreja de Santo Antônio de Veneza, João Paulo fulguraria na história militar de Bérgamo, Esperidião morreria como Almirante no Arsenal de Corfú, no século dezoito, e Mário Calógeras faleceria como Bispo de Cattaro, na Dalmácia, em meados do século dezanove.

Teólogos, escritores, poetas, filólogos, filósofos, almirantes, generais, sociólogos, tribunos, juristas, médicos, engenheiros. há de tudo quanto é grande nessa imensa família, que, atravessando os séculos sempre ilustre, vem bater no Brasil em 1841, na pessoa de João Batista, avô do nosso Pandiá, amigo íntimo do Barão de Lafitte, célebre banqueiro e ministro do rei Luís Filipe, chefiando uma iniciativa financeira da-quele famoso homem de pecúnia.

Possuía João Batista vastíssima cultura histórica e sociológica e se apresentava como adepto exponencial da Igreja Cismática. Esse homem seria o primeiro degrau brasileiro da estirpe Calógeras, em que nos viria Pandiá. Bem depressa seria êle nomeado professor de História e Geografia no Ginásio Pedro II, em 1847, e em 1851 fundaria um grande colégio em Petrópolis, que dirigiria até o ano de 1857. Naturalizado brasileiro em 1854, em 1858 seria encarregado de coligir os documentos relativos à determinação dos limites do Império,

e, em 1859, publicaria, em dois tomos, editado pela Garnier, o seu *Compêndio de História da Idade Média*, com parecer favorável da Comissão de Instrução Pública; obra escrita em português perfeito, de notável erudição, e dedicada ao Imperador e ao Marquês de Abrantes. Foi essa, aliás, a primeira História do gênero, publicada no Brasil, e relevantes serviços prestou à nossa mocidade estudiosa durante muitos anos, adotada em quase todos os colégios do Império.

Colaborou sobre vários assuntos na “*Minerva Brasileira*”, no “*Eco do Brasil*”, e na “*Revista Popular*”. Escreveu “*Política Americana*”. Em 1859 foi nomeado primeiro oficial da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, passando a diretor, e de 1862 a 1865 foi 1.º Oficial de Gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros, funcionando de modo decisivo na famosa questão Christie, entre o Brasil e a Inglaterra. Foi sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, titular da Ordem da Rosa, da Ordem de Carlos III da Espanha, e oficial da Ordem de São Maurício e São Lázaro, da Itália. Faleceu no Rio de Janeiro em 1878.

Foi êste, o notável cidadão que fundou no Brasil a família Calógeras, sendo pai de Michel Calógeras, outro cidadão eminente, empreendedor, que, seguindo outros rumos, foi um animador de empresas industriais e teve um dia a concessão para o prolongamento até Petrópolis, da Companhia de Estrada de Ferro Mauá, construindo a linha da Serra e empregando, pela primeira vez no Brasil, o sistema suíço da cremalheira Riggenschach. Em continuação a estas atividades, Michel Calógeras foi diretor da Companhia de Estradas de Ferro de Macaé a Campos e teve parte notável na concessão e na execução da Leopoldina Railway, a antiga Estrada do Grão-Pará.

Michel Calógeras, nascido em 1842, faleceu em 1888, levando ao Brasil, sua Pátria, o nosso patrono e biografado, João Pandiá Calógeras, que, segundo os biógrafos, reunia as qualidades totais do avô e do pai, somando-as de mais algumas.

Nascido no Rio de Janeiro a 19 de junho de 1870, como se diz, em berço de ouro, Calógeras teve, além da boa semente, da boa hereditariedade genética, um grande ambiente em toda a sua infância, mercê de educadores e preceptores, notadamente alemães, que, em Petrópolis, se encarregaram da sua formação durante a primeira idade, a ponto de poder tão cedo, realizar os preparatórios para ingresso na gloriosa Escola de Minas de Ouro Preto — treze preparatórios feitos de uma só vez, no Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, sendo um dos seus

argüidores, em História Universal e do Brasil, o sábio Capistrano de Abreu.

Após os preparatórios seguiu para a legendária Ouro Preto, em companhia de João Felício dos Santos, fazendo primeiro o Curso Anexo por falta de idade para ingresso na Escola de Engenharia, o que só aconteceria em 1884. Enquanto aguardava idade, e aos quinze anos, era nomeado para examinar os preparatórios de francês, inglês, história e geografia da famosa Escola mineira.

Calógeras formou-se em 1890, aos vinte anos de idade, sendo o primeiro da sua turma e tendo o sábio Gorceix como Diretor. Obteve o prêmio de viagem à Europa, que não utilizou.

Em abril de 1891 consorciava-se com Dona Elisa Guimarães, filha do ilustre Dr. Joaquim Caetano (da Silva Guimarães), Ministro do Supremo Tribunal de Justiça e irmão do poeta Bernardo Guimarães.

Conta-se que o Dr. Joaquim Guimarães, grande latinista, só daria sua filha em casamento a quem conhecesse profundamente o Latim, e que o nosso Calógeras teve de demonstrar seus grandes conhecimentos da língua de Horácio para justificar e fundamentar o seu pedido, atendido então, entre outras razões, também por essa.

Sua carreira profissional e científica teve início em Santa Catarina, onde realizou pesquisas geológicas, principalmente em relação aos depósitos de manganês de Cariguaba. Em 1892 estudava a bacia terciária do Gandarella, revelando, em definitivo, os mármore finos da região, hoje famosos. Escreveu mesmo um opúsculo prefaciado pelo sábio Gorceix (Henri), seu antigo diretor na Escola de Ouro Preto.

Em 1892 ainda, escrevia dois trabalhos técnicos: “O meteorito de Santa Catarina” e “Le fer nicklé de Sainte Catherine”, reproduzidos na França e na Alemanha, em revistas especializadas, com grande repercussão científica.

Especializou-se em geologia econômica, caracterizando-se como mestre incomparável, fixando residência em Uberaba. Escreveu então para o “Jornal do Comércio” do Rio de Janeiro, interessantes trabalhos sobre a “Contribuição ao estudo da Siderurgia no Brasil” e “Contribuição ao estudo das Explorações diamantinas no Brasil” — “Lavras d’Água Suja”. — No primeiro estudava a Bacia do Alto Rio Doce e o aproveitamento de suas terras, e era o primeiro a fazê-lo em profundidade, quase como um autêntico descobridor. No segundo, estudava os três termos principais de toda a exploração dia-

mantina, como a “redução no preço da extração do diamante”, — “sua extração total” e a “facilidade de fiscalização dos serviços respectivos”.

Passara a colaborar também na “Revista Brasileira”, publicando ensaios de alto valor, como os estudos sobre Ipanema e as Estradas de Ferro Federais. Aos 33 anos escrevia a sua obra prima, assim considerada pelos entendidos: “As Minas do Brasil”, monumento de saber, que ainda recentemente pensaram em reeditar e ampliar com o título de “Enciclopédia de geologia econômica”.

Era um grande trabalhador. Levantava-se às quatro horas da madrugada, confundia-se com os operários, usando as mesmas roupas e os mesmos utensílios, em todos os novos encargos que assumia, pelo prazer de parecer um operário.

Entretanto, a política, para êle uma ciência, sempre vivera em seu íntimo, como uma das grandes atrações psicológicas, e desde estudante dera demonstrações disso, participando do movimento republicano de Minas Gerais e particularmente nos fatos agitados do famoso jornal de João Pínhireiro “O Movimento”, cujo empastelamento era desejado e prometido pelos Conservadores monarquistas.

O primeiro passo seria dado em 1896, com a sua nomeação para consultor técnico da Secretaria da Agricultura e Viação do Estado de Minas Gerais, pelo Secretário Dr. Francisco Sá. Logo depois abandonava o lugar para concorrer a uma cadeira no Parlamento brasileiro. Em 1897, com 27 anos incompletos, tornava-se deputado federal pelo Partido Republicano Mineiro. Já era um nome de projeção no grande Estado. Sua carreira política seria longa e Martim Francisco afirmou certa vez, “que não perdia os discursos de Calógeras para se instruir, porque sempre havia o que aprender ouvindo aquele especialista em Enciclopédia...”, e mais tarde, aquele eminente Andrada, em suas “Memórias”, não publicadas, escreveu-lhe o perfil com estas poucas palavras: “Ministro para qualquer pasta em qualquer país do mundo”.

Calógeras, aliás, fazia da tribuna uma cátedra; não discursava, fazia preleções e dava lições de alguma coisa que tratasse, sempre em profundidade, e não discutia, ensinava, sem jamais admitir regionalismos, apresentando-se como um brasileiro para quem não havia um pedaço do Brasil que não fôsse Brasil e não tivesse o mesmo direito à dedicação dos representantes do povo. Não aceitava e não compreendia lutas regionais; só admitia a unidade nacional assentada sobre tal

critério e obtida sempre pela própria unidade do pensamento brasileiro.

Numa época de absorção e centralização do Poder, pregava a descentralização política e administrativa, com a autonomia real dos Estados. Homem de opinião e de atitudes, ficou sempre ao lado da Razão e do Direito, ainda que contrariasse a maioria, os seus amigos e até seus próprios interesses, revelando assim a excelência do seu caráter e a pureza da sua moral. Passagem reveladora neste sentido foi a sua atitude como deputado, recusando licença para processar-se o General Francisco Glicério, enfrentando o líder Seabra, o Presidente da República e a opinião da sua própria bancada.

Já naquela altura, antes da entrada deste século, afirmava que “seria impossível haver partidos permanentes em repúblicas presidenciais como a nossa”. Foi o primeiro político republicano a emitir uma tal opinião, que, em nossos dias se glorifica no projeto Raul Pilla, que, chegando à mesma conclusão, propõe a instauração do regime parlamentar no Brasil, e com muitos adeptos entre os parlamentares.

Suas atitudes levaram-no ao sacrifício político temporário. Não foi reeleito para a Legislatura de 1900 a 1902; mas, o seu afastamento político produziria um bem para o Brasil, promoveria a sua volta à ciência e aos estudos profundos no campo econômico. Passa a exercer o cargo de diretor da Mineração de Manganês do Bananal e viaja para a Europa em estudos. A 22 de junho de 1901 produz notável conferência na “Société de Géographie Commerciale” sobre “La situation économique du Brésil”. Examinou a crise brasileira, suas razões, suas causas, e aplaudia a orientação financeira e econômica de Campos Sales, sugerindo os meios de que se deveria lançar mão para reequilíbrio de nossa balança comercial. Havia então quem dissesse que Calógeras, produzindo trabalhos em francês, possuía construção mais harmoniosa e mais perfeita do que fazendo-o em sua própria língua. Escreve longos e numerosos artigos sobre eletro-siderurgia, café e reforma tributária para os jornais de Minas e do Rio de Janeiro.

Ouro Preto resolve promover a sua volta ao Parlamento, e, em 1903, ei-lo de volta à Câmara Federal, formando com David Campista, Carlos Peixoto, Gastão da Cunha, Estêvão Lobo e João Luís Alves, a mais completa representação parlamentar dos Estados brasileiros, segundo o depoimento dos críticos contemporâneos.

O grande espírito que se manifestara de forma tão brilhante na questão com a Guiana Francesa, de novo brilha na

questão do Acre, em apóio a Rio Branco e Assis Brasil, consagrando a solução do caso e o respectivo Tratado.

Os discursos e pareceres de Calógeras eram considerados verdadeiros ensaios, autênticas monografias, dignas de distribuição entre todos os estudiosos e estudantes do Brasil, pelos frutos que produziria o seu conhecimento, abrangendo dezenas de assuntos e setores de sua Pátria.

Defendendo a solução do Acre e fundamentando-a, repetia a máxima de Renan: “Os verdadeiros homens de progresso são aquêles que adotam por ponto de partida um profundo respeito pelo passado, pois, tudo quanto fazemos e o que somos. é a meta de um trabalho secular”.

Calógeras escreve “As Minas do Brasil e a sua legislação”, em três grossos volumes. Daria assim, e a tamanha distância, as bases para o futuro Código das Minas, que o governo de Getúlio Vargas organizaria trinta e cinco anos depois, e da qual diria Capistrano de Abreu: “Durante decênios essa obra ficará como um novo marco solitário e será o **vademecum** para todos que direta ou indiretamente quiserem conhecer as riquezas do Brasil”, e não apenas isso, mas os processos de aproveitamento e de defesa.

As colunas do “Jornal do Comércio” reproduziram a seguir, artigos de grande erudição de autoria de Calógeras, principalmente sôbre minérios e riquezas do Brasil, muitas vêzes em polêmica com personalidades eminentes, como Osório de Almeida, Lindolfo Serra e Felisbelo Freire.

Considerado especialista em assuntos de política internacional pelo Itamaratí, convida-o o Barão do Rio Branco para membro da Delegação brasileira à Terceira Conferência Pan-Americana, de 1906, sob a chefia de Joaquim Nabuco, ao lado dêste e de Graça Aranha, Gastão da Cunha, Assis Brasil e Amaro Cavalcanti. Naquele famoso conclave Calógeras teve atuação brilhantíssima.

Pela terceira vez a Câmara Federal o recebeu, na Legislatura de 1906-1908, como um dos seus mais brilhantes componentes, sempre na representação de Minas Gerais. Todos os grandes problemas do Brasil eram debatidos por Calógeras, com maior ou menor agrado das maiorias, o que nunca lhe interessou. Adotou sempre o que lhe pareceu melhor, mais justo ou mais conveniente à coletividade, desprezando a interpretação da vulgaridade interesseira ou da burguesia contrariada. De uma mesma feita estudava o Orçamento da Guerra, demonstrando conhecimento profundo da organização militar e das necessidades das Fôrças Armadas do Brasil, e tratava

tênicamente da Valorização do Café, demonstrando a inconveniência da intervenção governamental no mercado do grande produto. O que êle dizia então, naqueles dois setores tão diferentes, é hoje confirmado pelos fatos e pelos homens, e seus argumentos sôbre as crises econômicas com base na cafeicultura, ainda agora permanecem de pé, porque elas se repetem, sempre pelas mesmas razões que êle apontava, mostrando o modo de contorná-las. Ficaram famosas as suas teimas com Cincinato Braga. Calógeras insistia em que não falava como um representante de Minas Gerais e sim como um brasileiro, para quem o problema era nacional e não regional, devendo ser resolvido nessas bases. Chegou então a dizer que São Paulo estava só na luta contra a ganância do capitalismo americano, porque Minas e o Estado do Rio não haviam cumprido o convênio celebrado. Demonstrava assim a sua sinceridade de economista e de parlamentar.

Seus estudos militares e os trabalhos produzidos na Câmara lhe valeriam mais tarde, o convite para ocupar duas pastas ministeriais, e finalmente uma terceira, a da Guerra, sendo embora um civil.

A nova Legislatura de 1909 a 1911 também contou com a presença de Calógeras. Combateu então a teoria do Estado Industrial, afirmando que o Governo como administrador de serviços de natureza industrial, nunca seria grande coisa, o que ainda hoje, cinqüenta anos decorridos, se positiva em relação ao Brasil. Um dos seus triunfos então, foram os seus discursos e atitudes sôbre a Caixa de Conversão (na 2a. fase) e o arrendamento do Cais do Pôrto, favorável a esta medida, em consequência das suas convicções.

Realiza-se a Quarta Conferência Pan-Americana, em Buenos Aires. Calógeras recebe convite do Barão do Rio Branco para figurar ao lado de Herculano de Freitas, Olavo Bilac, Germano Hasllocher, Gastão da Cunha e do chefe geral Joaquim Murtinho. Produz então um dos seus melhores estudos e melhores livros: "La politique Monétaire du Brésil", de tanta repercussão, considerado por Sales Júnior como o melhor trabalho no gênero publicado no Brasil, comentado por sumidades estrangeiras, como Gino Arias, na Universidade de Nápoles, Emile Lavasseur, Charles Gide e Rafael George Levy, com repercussão na França e na Inglaterra.

A licença da Câmara para que êle se ausentasse do país não chegou a tempo, por má vontade do líder da maioria; e Calógeras não seguiu para Buenos Aires. O próprio "País", órgão officioso do govêrno, estranhou a politicagem da maioria,

que privara o Brasil da participação de dois grandes parlamentares (Calógeras e Hasllocher), que grande realce dariam ao seu nome.

Ele não foi a Buenos Aires, mas seu livro, já impresso, foi em seu lugar, distribuído a tôdas as delegações e a todos os participantes daquela Conferência, causando ali, o efeito que êle mesmo causaria com a sua palavra. E' notável a sua atitude naquele instante. O govêrno lhe oferece quarenta contos de réis (muito dinheiro então!) para custeio da edição de sua obra, que lhe custara muito menos, e Calógeras recusa a oferta, declarando como Borba Gato, que nada vinha pedir, queria apenas dar ao Brasil o serviço que êle lhe desejara prestar, e não fazia negócio. Era assim o seu caráter.

Em 1911 aparecia mais um dos seus livros: "Jesuítas e o Ensino", de caráter político e filosófico. Quando teve ocasião de conhecer melhor a atuação histórica dos jesuítas, reformou o seu juízo ali emitido, sem envergonhar-se disso e da reparação.

Deputado ainda na Legislatura de 1912-1914, sua atuação parlamentar é considerada ascendente e sua atuação extraordinária.

Rompendo com o govêrno do Marechal Hermes e pairando acima das conveniências partidárias, tornou-se ainda maior defensor das prerrogativas populares, combatendo as loucuras financeiras do govêrno marechalesco e os efeitos calamitosos da sua política de esbanjamento. Defendeu a anistia ampla aos presos políticos, sustentando a tese de que os verdadeiros responsáveis pelo bombardeio de Manaus e pelo caso "Satélite", eram o próprio Marechal Presidente o General Pinheiro Machado, seu inspirador e conselheiro. Escreveu, na época, aquilo que seria um discurso na Câmara e mais um opúsculo publicado, os "Novos Rumos Econômicos", em que a tese defendida era "Protecionismo e câmbio baixo são uma forma de privilégio para certas classes". Tese atualíssima como se vê, e que reproduzia por antecipação de cinqüenta anos, o que ora se verifica no Brasil — protecionismo e moeda vil — fazendo a ventura de alguns e a desgraça de muitos, de todo o povo.

O verdadeiro nacionalismo teve em Calógeras o seu primeiro e grande arauto, atingindo culminâncias na famosa exposição-denúncia feita no parlamento por êle, do contrato celebrado pelo Govêrno do Pará com a **Amazon Land and Colonisation** para a concessão de sessenta mil quilômetros quadrados de terras. Calógeras repetiria a frase do índio Guai-

racá: “Esta terra tem dono!” —, daria o grito de alerta ao Brasil, e Alberto Tôrres continuaria o seu grito, escrevendo o seu famoso “Nação ou Colônia?!” , que deu por terra com os vendilhões da Pátria.

Em 1913, ao discutir o Orçamento da Guerra, Calógeras firmou a sua reputação de primeira figura do Parlamento Nacional em assuntos militares. A oficialidade brasileira entusiasmou-se com as idéias modernas e avançadas do representante de Minas. Dezenas dêles, contra todos os regulamentos, pediram ao Presidente da República, a sua nomeação para titular da Pasta. Celebrizaram-se naqueles fatos os “Jovens turcos”, quase autores de uma revolução.

Calógeras produzia, produzia sempre. Aqui defendia a neutralidade do Brasil no primeiro conflito mundial; ali, proporcionava a votação da Lei Calógeras (assim chamada) em que firmava os dois princípios: o desmembramento do domínio em duas propriedades autônomas, a do solo e a da mina, e a desapropriação concedida, como meio de remover as dificuldades para aquisição e lavra. Produzia ao mesmo tempo notáveis conferências, sôbre “Mariano Procópio”, em Juiz de Fora, e sôbre “O Brasil e seu desenvolvimento econômico”, na Biblioteca Nacional, do Rio de Janeiro. Em seguida publicaria “Rio Branco e a Política exterior”. A repercussão do seu nome era extraordinária.

Havia agitação nos meios políticos e populares. Wenceslau Brás não quis nomeá-lo Ministro da Guerra, mas lhe enviou o convite para ocupar a Pasta da Agricultura, Comércio e Indústria. A 15 de novembro de 1914, Calógeras tornava-se Ministro daquela Pasta tão importante. Todos os departamentos daquele Ministério sofreram reformas sôbre bases científicas. Pôs em prática as suas teorias e as suas convicções; codificou tudo, remodelou, transformou, descentralizou, combateu a rotina administrativa, deu vida aos setores da sua pasta. Os resultados foram grandes. O govêrno Wenceslau Brás ainda hoje é olhado com saudade e respeito. Não cabem num discurso as realizações e as atividades ministeriais de Calógeras, beneficiando o Brasil e o próprio govêrno de que participava. Testemunha insuspeita e de grande valia, foi em nossos dias Teodoreto de Camargo, a quem se deve a grande fase do Instituto Agrônômico de Campinas, funcionário do Ministério da Agricultura naquele tempo.

Da sua pasta, reconhecidamente tão importante, diria Calógeras em seu “Problemas de Govêrno”: — “a pasta da Agricultura é a mais difícil de gerir, tantos e tão amplos são os co-

nhecimentos que exige, para poder seu chefe agir por si, sem ser mero juguete em mãos de seus subalternos e colaboradores”. — A importância que lhe atribuía Calógeras, está em flagrante contraste com o que hoje se pensa, nos mais altos setores da República, quando se dá à Agricultura, apenas 4% da Receita Nacional... sacrificando-a a todos os outros setores, quando deveria ser o contrário.

A Calógeras caberia uma nova missão. Substituiria a Sabino Barroso na Pasta da Fazenda, reputada a mais importante de toda a administração Federal. Logo de início antipatizado por muitos. Negava-se a emitir, e queria moralizar a arrecadação, disciplinando as Repartições Fiscais e Arrecadoras. Era um terremoto... A luta de Calógeras foi mais contra homens do que contra números; estes eram conseqüências daqueles, e não poderia melhorar os números sem acertar os homens, puni-los, afastá-los, higienizando principalmente as Alfândegas, contendo então as despesas e promovendo a melhora das rendas. Teve um prêmio, talvez o único. Famoso banqueiro internacional, declarou em documento escrito, ao fim do seu governo, “que as finanças do Brasil nunca estiveram tão florescentes como nas mãos daquele ministro”. Deixou o câmbio a 13 e as apólices brasileiras com uma valorização de 30%. Demitiu-se a 10 de julho de 1917. Sua carta de demissão, como diz Gontijo de Carvalho, é uma lição do mais puro civismo.

Sua vida pública, porém, continuava. Logo seria Embaixador de sua Pátria, chefe de Delegações Brasileiras, em Buenos Aires, em Versailles, e em Londres. Seu prestígio internacional era enorme; consideravam-no muito mais lá fora, no estrangeiro, do que em seu próprio país, pela cultura, pela sabedoria, pela capacidade, pela universalidade do seu espírito, pela mentalidade, pela eloquência, pela sagacidade, pelo caráter e pelo patriotismo. Nunca discutiu as condições financeiras das suas missões e dos seus trabalhos, contentava-se mais com a honra de servir ao seu país, e disso deu várias e conhecidas demonstrações.

Depois de representar o Brasil na Conferência da Paz, Calógeras escreveu “O Brasil e a Sociedade das Nações”.

Tôdas as grandes figuras políticas do mundo, depuseram sobre a altíssima individualidade de Calógeras, desde Clemenceau a Lloyd George e ao Presidente Wilson.

Em 1919 chefiaria a Missão Comercial Brasileira à Inglaterra. Roberto Simonsen era um dos delegados sob sua chefia, e a este grande santista e brasileiro coube mais tarde, de-

por sobre Calógeras e seus grandes serviços prestados ao Brasil, constituindo-se num dos grandes informantes da grandeza daquele homem público.

Epitácio Pessoa, que o conhecera de perto em Versailles, assim que assumiu a Presidência da República, convidou-o para seu Ministro da Guerra. Calógeras sempre fôra partidário de um civil na pasta militar, e coerente consigo mesmo, cheio de planos para desenvolvimento naquele importantíssimo setor, aceitou o convite. Teve então grandes auxiliares nos generais Malan d'Angrogne, Tasso Fragoso, Cândido Rondon e mais alguns. Criou os novos quartéis do Exército em todo o território brasileiro, entregando-os à construção de Roberto Simonsen, isto é, à Companhia Construtora de Santos; instituiu a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, remodelou a Escola de Estado Maior, e criou escolas de aplicação de serviços de saúde. Promoveu a criação do Código de Organização Judiciária e de Processo Militar. Renovou o Exército, modernizou seus armamentos, os materiais de Engenharia e de ligação; transformou a Aviação Militar, estimulou a indústria de guerra, e, embora civil, nunca os militares respeitaram tanto um seu Ministro, apesar das crises políticas atravessadas pelo país.

Segundo Gontijo de Carvalho, “aos 15 de novembro de 1922, com a fôrça moral intacta, garantia a posse de Artur Bernardes e retirava-se do govêrno com as benções da Nação agradecida. Em cada oficial do Exército deixava um amigo”.

Calógeras não conseguiu voltar ao Parlamento; tornou-se apenas industrial e jornalista. Em 1923, embarcava para a Europa para estudar a indústria de artefatos de cobre. Estudava sempre. Ao voltar montou indústria de cobre em São Bernardo. E' Roberto Simonsen ainda, quem revela o homem naquelas horas.

Afastado da política ativa, de 1926 a 1930 exerceu prodigiosa atividade intelectual. Proferiu conferências, escreveu livros como “Res Nostra” e “Formação Histórica do Brasil”, apontados como grandes obras que honrariam a bibliografia de qualquer país culto. Foi Presidente da Sociedade Brasileira de Engenheiros, dirigiu a Liga Eleitoral Católica, e foi Conselheiro do Mackenzie College.

Em 1930 recusou-se a fazer parte da Junta Governativa do Brasil, e em 1932 esteve solidário com os paulistas na Campanha Constitucionalista, tendo palavras de indignação e revolta contra o espezinhamento de São Paulo, declarando o seu receio

de uma futura quebra da unidade nacional, em consequência de tais danos morais praticados.

Muito afastado então de Minas, chamou-o um dia Olegário Maciel, incumbindo-o da reforma do Sistema Tributário de seu Estado. Já com a saúde abalada, Calógeras aceitou o convite e realizou o trabalho, com o maior desinterêsse pecuniário. Finalmente, Minas Gerais de novo o chamava para seu representante na Assembléia Constituinte Federal, com a maior votação que um deputado já alcançara no Brasil. Foi um dos últimos e grandes prêmios de Calógeras, que agradeceu também numa das suas últimas páginas de carinho à terra montanheza.

Enfêrmo, e já amparado a um braço amigo, comparecia assim a algumas sessões da grande Assembléia, num esforço físico e moral de um verdadeiro patriota. Sua presença na Constituinte, bastava para impor elevação aos outros Constituintes, mas Calógeras ia muito além e tomava parte ativa nos debates, prejudicando o seu próprio estado de saúde.

O destino, caprichoso tantas vêzes, não lhe permitiria encerrar a vida com a assinatura da nova Constituição Brasileira, prestes a ser promulgada; a morte o derrubou antes disso, desencarnando-o a 21 de abril de 1934, na cidade de Petrópolis, entre as suas velhas hortências e as suas antigas alamedas sombrias, onde começara, por assim dizer, a sua vida, onde passara os melhores dias da sua radiosa infância e da sua confortável adolescência.

Muito se poderia ainda dizer do patrono da Cadeira n.º 12 do Instituto Histórico e Geográfico de Santos, que, neste momento, tenho a honra de ocupar. Poderia alongar-me indefinidamente no estudo dêsse homem que Plínio Barreto, analisando sua produção em oito rodapés do jornal "O Estado de São Paulo", apresentou à consideração dos brasileiros como o maior estadista da República. Rematarei meu despretencioso trabalho, afirmando que, dificilmente, após José Bonifácio de Andrada e Silva, figura excepcional da Pátria, produzirá o Brasil, cidadão tão completo, sabedoria tão ampla, produção tão variada, caráter tão perfeito como João Pandiá Calógeras, mas também, em contraposição, jamais apresentará um grande vulto nacional tão esquecido.

SÍLVIO FERNANDES LOPES